



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVII PALMAS, QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Nº 2522



## MESA DIRETORA

**Presidente:** Dep. Mauro Carlesse (PHS)

**1º Vice-Presidente:** Dep. Luana Ribeiro (PDT)

**2º Vice-Presidente:** Dep. Toinho Andrade (PSD)

**1º Secretário:** Dep. Jorge Frederico (PSC)

**2º Secretário:** Dep. Nilton Franco (PMDB)

**3º Secretário:** Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

**4º Secretário:** Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

# Comissões Permanentes

## Local das Reuniões: Plenarinho

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Toinho Andrade  
Dep. Valdez C. Branco  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente  
Dep. Olyntho Neto - Presidente

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Amália Santana  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Eli Borges  
Dep. Cleiton Cardoso

### COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. José Bonifácio - Presidente  
Dep. Paulo Mourão  
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Junior Evangelista

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Toinho Andrade  
Dep. Valdez C. Branco  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Olyntho Neto

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Toinho Andrade  
Dep. Zé Roberto  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Rocha Miranda - Presidente  
Dep. Júnior Evangelista - Vice-Presidente

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. José Bonifácio  
Dep. Valdez C. Branco  
Dep. Eli Borges  
Dep. Valdemar Junior  
Dep. Cleiton Cardoso

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente  
Dep. Eli Borges - Presidente  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Cleiton Cardoso

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. José Bonifácio  
Dep. Amália Santana  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Olyntho Neto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Amália Santana - Presidente  
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Osires Damaso

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Toinho Andrade  
Dep. Paulo Mourão  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Cleiton Cardoso

### COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. José Bonifácio  
Dep. Valdez C. Branco  
Dep. Eli Borges  
Dep. Osires Damaso  
Dep. Wanderlei Barbosa

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Zé Roberto  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Cleiton Cardoso  
Dep. Vilmar de Oliveira

### COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente  
Dep. Valdez C. Branco - Presidente  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Cleiton Cardoso

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Toinho Andrade  
Dep. Amália Santana  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Olyntho Neto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Luana Ribeiro - Presidente  
Dep. Paulo Mourão - Vice-Presidente  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Olyntho Neto

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. José Bonifácio  
Dep. Zé Roberto  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Júnior Evangelista

### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Amália Santana  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Vilmar de Oliveira

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Zé Roberto  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Junior Evangelista  
Dep. Wanderlei Barbosa

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Amália Santana - Presidente  
Dep. Osires Damaso  
Dep. Amélio Cayres  
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Valdez C. Branco  
Dep. Júnior Evangelista  
Dep. Vilmar de Oliveira  
Dep. Olyntho Neto

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

#### **MEMBROS EFETIVOS:**

Dep. Toinho Andrade  
Dep. Paulo Mourão - Presidente  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente  
Dep. Júnior Evangelista

#### **MEMBROS SUPLENTE:**

Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Valdez C. Branco  
Dep. Eli Borges  
Dep. Valdemar Junior  
Dep. Olyntho Neto

### **DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

Responsável: Diretoria de Área Legislativa  
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação  
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO  
CEP 77003-905

# Atos Legislativos

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7/2017

Dispõe sobre a criação de aplicativo gratuito de tecnologia móvel, para acesso rápido dos cidadãos às leis estaduais que lhe instituem direitos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins resolve:

**Art. 1º** A Assembleia Legislativa disponibilizará ao público em geral aplicativo gratuito de tecnologia móvel, que possibilite o acesso ágil a informações sobre leis estaduais que tratem de direitos dos cidadãos.

**Art. 2º** A Mesa da Assembleia abrirá concurso público para selecionar o aplicativo que melhor se adequar aos objetivos pretendidos, disponibilizando aos participantes todos os dados necessários.

**Art. 3º** O aplicativo deverá apresentar, em linguagem simples e de fácil comunicação visual, as leis estaduais que tratam dos direitos dos cidadãos tocaninenses, agrupadas por assuntos, em especial nas áreas de:

- I – saúde;
- II – educação;
- III – serviços;
- IV – lazer;
- V – consumo;
- VI – população em situação de vulnerabilidade social.

**Art. 4º** O aplicativo contará com dispositivo que possibilite ao usuário comunicar à Assembleia Legislativa o descumprimento ou a dificuldade na aplicação das leis, ou ainda o não atingimento dos objetivos para os quais as mesmas foram aprovadas, além de possibilitar o compartilhamento das denúncias por e-mail e nas redes sociais.

*Parágrafo único.* As denúncias formuladas nos termos do caput deste artigo serão encaminhadas à Ouvidoria da Assembleia Legislativa ou órgão similar, que deverá adotar as providências necessárias para sanear o problema.

**Art. 5º** As despesas com a execução desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 6º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificativa

A pouca publicidade feita sobre as normas existentes é uma questão que em muito dificulta que a população se beneficie dos direitos a ela legalmente conferidos.

A publicidade formal, feita por intermédio dos meios de comunicação oficiais, não cumpre o papel de tornar as leis de fato conhecidas pela população.

É responsabilidade dos órgãos legislativos, como forma de prestar contas de seu papel institucional, criar os meios para que as pessoas tenham consciência das leis a que se submetem e pelas quais se protegem, no convívio social.

O aplicativo para a tecnologia móvel criado por esta

Resolução possibilitará aos cidadãos apropriar-se de seus direitos e fazer com que sejam reconhecidos.

Além disso, a possibilidade de o cidadão denunciar o descumprimento ou a dificuldade na aplicação da lei, em muito contribuirá para que o Poder Legislativo crie um canal de comunicação direto com a população, e obtenha elementos para fazer a avaliação da eficácia, da eficiência e da efetividade das leis em vigor, o que muito contribuirá para a melhoria da qualidade de nosso arcabouço legal.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 2017.

**VALDEREZ CASTELO BRANCO**  
Deputada Estadual

## PROJETO DE LEI Nº 176/2017

Dispõe sobre a criação do Programa Moto em Dia, no âmbito do Estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado do Tocantins, o Programa Moto em Dia, direcionado à conscientização e preservação da vida no trânsito, em especial à regularização e à redução de acidentes de trânsito de veículos automotores de duas rodas, mediante a concessão de benefícios para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da taxa de licenciamento.

*Parágrafo único.* O alcance do Programa fica limitado a um veículo por beneficiário, ainda que adquirido por meio de contrato de leasing ou por outro instrumento congênere.

**Art. 2º** O Programa concederá anistia total de multas e juros e remissão parcial de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos automotores de duas rodas cujo valor venal seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ficando:

I- reduzidos ao valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) os débitos referentes a cada exercício anterior ao ano vigente.

*Parágrafo único.* Quando o débito lançado do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) for inferior ao valor R\$ 50,00 (cinquenta reais), considerar-se-á o menor valor para efeito de pagamento do imposto.

**Art. 3º** A taxa de licenciamento, exclusivamente para os beneficiários do Programa, terá o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada exercício.

**Art. 4º** Apenas o contribuinte pessoa física poderá aderir ao Programa, observadas as seguintes condições:

I- o proprietário ou arrendatário do veículo deve possuir permissão para dirigir ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias A ou AB;

II- quitação das multas de trânsito relacionadas ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

*Parágrafo único.* O Programa não alcança o seguro DPVAT, que possui regulação federal.

**Art. 5º** O Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins – Detran/TO e a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) deverão compatibilizar seus sistemas corporativos com a finalidade de

atingir os objetivos do Programa, nos termos desta Lei.

**Art. 6º** Decreto do Poder Executivo poderá dispor sobre normas complementares necessárias à implementação das disposições contidas nesta Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificativa

O Estado do Tocantins possui uma das maiores frotas de veículos de duas rodas; são mais de 300 mil. Estes veículos são a principal forma de transporte da nossa população, sendo utilizados para trabalho, lazer, dentre várias outras destinações.

Sabemos que todo o País, e o Tocantins não é exceção, passa por um momento de crise econômica, no qual a população mais carente sempre sai mais prejudicada. É necessário que possamos garantir a essa parcela da população tocantinense o acesso à regularização dos impostos devidos sobre seu meio de transporte, que para a grande maioria também é o meio de sustento da casa.

Com a aprovação do Programa Moto em Dia, oportunizaremos que o cidadão possa andar em dia com seus deveres, trazendo ainda uma substancial contribuição para a arrecadação do Estado, dada a expectativa de grande adesão ao programa.

Outro ponto positivo a ser destacado é que os benefícios são aplicados aos proprietários que estejam regularmente habilitados, estimulando assim a procura pela devida e exigida qualificação legal para conduzir o veículo de duas rodas, diminuindo o número de acidentes, salvando vidas.

Ante o exposto, conclamo os Pares para a aprovação desta Lei.

**Sala das Sessões**, em 26 de setembro de 2017.

**JORGE FREDERICO**

Deputado Estadual

### PROJETO DE LEI Nº 189/2017

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje - Aspagrol, com sede no município de Xambioá.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje - Aspagrol, com sede no município de Xambioá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificativa

A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje - Aspagrol, com sede no município de Xambioá, é uma entidade sem fins lucrativos, de duração indeterminada.

A associação tem os seguintes objetivos:

I - promover a cooperação e a solidariedade entre seus associados visando ao fortalecimento e ao prestígio da classe perante a comunidade;

II - pugnar pelos interesses dos associados junto às autoridades constituídas e repartições competentes, principalmente junto aos poderes públicos da União, do Estado, do município, entidades de classe internacionais, visando alcançar os seus objetivos;

III - estimular e propor medidas que permitam os trabalhadores

rurais se desenvolverem harmoniosamente dentro de suas atividades, especialmente àquelas que visem ao seu fortalecimento como parcelas representativas no contexto socioeconômico do Estado e do País;

IV - incentivar o progresso e o desenvolvimento de seus associados, através de aperfeiçoamento técnico-profissional, visando à segurança, racionalização e produtividade;

V - celebrar convênios, contratos e acordos com entidades ou órgãos não governamentais, no sentido de oferecer aos associados serviços que auxiliem na consecução de seus objetivos.

O trabalho realizado pela associação é sério e de grande relevância aos moradores assentados, dado que contribui significativamente para o desenvolvimento de seus associados e da comunidade em que está inserida.

Diante do exposto, proponho aos ilustres Pares deste Parlamento a aprovação da presente proposição, para declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje - Aspagrol, objeto do presente Projeto de Lei, observando-se as normas legais vigentes.

**Sala das Sessões**, em 29 de setembro de 2017.

**EDUARDO DERTINS**

Deputado Estadual

### PROJETO DE LEI Nº 191/2017

Dispõe sobre a transparência da lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas na rede estadual de saúde.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

**Art. 1º** Determina que a Secretaria da Saúde do Estado de Tocantins publique e atualize, em seu site oficial na internet, lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas.

§1º deverá ser identificado o link que dá acesso a listagem na página inicial, facilitando a transparência.

§2º as listagens disponibilizadas devem facilitar o acesso e a identificação do paciente para cada modalidade de exame ou intervenção cirúrgica.

§3º Os dados disponibilizados no site devem abranger todas as regionais de saúde e, conseqüentemente, todos os pacientes que demandam de tais serviços.

**Art. 2º** A divulgação das informações de que trata esta Lei observará o direito à privacidade do paciente, que será identificado pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS).

**Art. 3º** As listas divulgadas no site deverão conter:

I - Nome do solicitante e número do cartão SUS;

II - Data de solicitação do exame ou intervenção cirúrgica eletiva;

III - Posição que o paciente ocupa na fila de espera;

IV - Informações dos inscritos habilitados, conforme dispõe o artigo 2º;

V - Relação dos pacientes já atendidos, por meio da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde (CNS);

VI - Especificação do exame ou intervenção cirúrgica eletiva;

VII – Data provável da realização do exame ou cirurgia e números de dias do intervalo entre a solicitação e a realização.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificativa

O presente projeto de lei determina que a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins publique e atualize, em seu site oficial na internet, lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas, buscando maior transparência, controle e exercício da cidadania.

Considera-se fila de espera, lista de pacientes que necessitam de um mesmo tratamento ou serviço médico, cuja demanda é maior que a oferta. Em sentido figurado, é como se os pacientes aguardassem em uma sala virtual, sendo chamado de acordo com a ordem da fila.

A presente proposição avulta a importância da lei sob três aspectos: Ao paciente ela dará mais dignidade e qualidade de vida; para o médico propiciará maiores condições de informar o paciente sobre a realização dos procedimentos como cirurgias e exames e, para o gestor, ajudará no planejamento da saúde e na identificação da real demanda de atendimentos.

Porém, as dificuldades em obter informações precisas, o desrespeito à ordem cronológica das listas e a falta de critérios objetivos de priorização de pacientes, na maioria das vezes, acabam gerando insatisfação entre os usuários do sistema e a gestão.

Nesse contexto, esta lei visa amenizar o conflito existente, optando pela transparência da fila de espera, criando condições do usuário da rede pública de saúde visualizar e acompanhar, em tempo real, a evolução da sua posição em relação à referida fila.

Deste modo, a proposta é um fator relevante, que visa coibir a falta de transparência ou até mesmo qualquer forma de adulteração imprópria das listas, aprimorando os serviços de regulação do acesso a saúde pública, garantindo aplicabilidade da legislação de acesso a informação, Lei nº 18.025, de 22 de maio de 2013.

A transparência que se pretende alcançar com esta proposição, busca não apenas deixar claro a posição dos pacientes, mas também o fim das filas e uma maior mobilidade, garantindo assim o acesso a todos os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta e por isso, apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2017

**LUANA RIBEIRO**  
Deputada Estadual

## Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa  
2 de agosto de 2017

Ata da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores

Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Toinho Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, José Bonifácio, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos e Elenil da Penha. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 77/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 29/2017, que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 86 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 121/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a realização de audiência pública vinculada a aumentos de impostos, taxas, contribuições e encargos públicos”; Ofícios oriundos da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Alan Barbiero e Jaime Café; Ofício oriundo da Polícia Militar do Estado do Tocantins, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; Ofício oriundo da Secretaria da Segurança Pública, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe; e Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 122/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e os Requerimentos que receberam os números 1.579 a 1.594. Logo após, foi aprovada a urgência do Projeto de Lei que recebeu o número 122/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto. Em seguida, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão, Wanderlei Barbosa, José Bonifácio, Eli Borges e a Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa  
2 de agosto de 2017

Ata da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dois do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Toinho Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário

e Valdemar Júnior, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, José Bonifácio, Mauro Carlesse, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Nilton Franco, Olyntho Neto e Wanderlei Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 124 e 125/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os números 1.596 a 1.598. No horário destinado às Comunicações, o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

### **8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**

**3 de agosto de 2017**

#### **Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia três do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, as Senhoras e os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Nilton Franco, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Mauro Carlesse, Olyntho Neto, Osires Damaso, Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, José Bonifácio, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Valdemar Júnior e Wanderlei Barbosa. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

### **8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**

**8 de agosto de 2017**

#### **Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia oito do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário

e Zé Roberto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 111/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Moisés Nogueira Avelino”; Projeto de Lei número 123/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “obriga as maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres no Estado do Tocantins a realizar o exame de oximetria de pulso em recém-nascidos”; Ofício número 697/2017, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, comunicando que estará ausente do País entre os dias 4 e 11 de agosto do corrente ano, para participar da Conferência Legislativa da NCSL – National Conference of State Legislatures, a realizar-se na cidade de Boston, Massachusetts/EUA; Ofício número 84/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, comunicando que se afastou do País entre os dias 8 a 16 de julho do corrente, para participar da Conferência dos BRICS, na cidade de Chengdu, na Província de Sichuan, na China; Ofício número 85/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, comunicando que estará ausente do País entre os dias 4 a 11 de agosto do corrente ano, para participar da Conferência Legislativa da NCSL – National Conference of State Legislatures, a realizar-se na cidade de Boston, Massachusetts/EUA; Ofício oriundo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando a celebração de convênio e liberação de recurso financeiro com a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – Seagro-TO; Ofício oriundo da Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração com diversas Associações e Instituições do Estado do Tocantins; Ofício oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de termos de cooperação e termo aditivo com diversas Instituições do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 127/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os números 1.599 a 1.615. Logo após, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação dos Requerimentos apresentados em regime de urgência para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Alan Barbiero, Eli Borges, Paulo Mourão, Eduardo Siqueira Campos, Ivory de Lira, Wanderlei Barbosa, Elenil da Penha e a Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão





Deputados Cleiton Cardoso, Ivory de Lira, José Bonifácio, Valdemar Júnior e Osires Damaso. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 141/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; e os Requerimentos que receberam os números 1.698 a 1.709. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Zé Roberto. Em seguida, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação dos Requerimentos apresentados em regime de urgência para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Alan Barbiero, Paulo Mourão, Wanderlei Barbosa e Eduardo Siqueira Campos. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Zé Roberto. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e vinte e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

### 8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

16 de agosto de 2017

#### Ata da Octogésima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezesseis do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Toinho Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Júnior Evangelista e Rocha Miranda. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Ivory de Lira, José Bonifácio e Osires Damaso. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Mensagem número 79/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 31/2017, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Miranorte o uso da área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 142/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; e os Requerimentos que receberam os números 1710 a 1728. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação dos Requerimentos apresentados em regime de urgência para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Paulo Mourão. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de

até dois minutos, reabrindo-a às dezesseis horas e doze minutos. Logo após, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro, a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Zé Roberto e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 247/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1.500 (mil e quinhentas) ou mais pessoas no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 148/2016; e 346/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados no Estado do Tocantins inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 356/2016; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.599, 1.685, 1.684, 1.686, 1.687, 1.545, 1.648, 1.531, 1.542, 1.543, 1.544, 1.541, 1.601, 1.602, 1.603, 1.641, 1.620, 1.546, 1.547, 1.548, 1.616, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 347, 371, 372, 405, 1600, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 349, 350, 351, 389, 390, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 377, 378, 403, 404, 54, 55, 373, 374, 375, 53, 56, 369, 348, 391, 392, 393, 394, 406, 409, 1604, 368, 395, 396, 344, 345, 346, 363, 364, 365, 366, 367, 58, 59, 353, 376, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 1528 e 50, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

## Atas das Comissões

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

#### 8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### Ata da Nona Reunião Extraordinária

20 de agosto de 2017

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia seis de julho de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Elenil da Penha, Eli Borges e José Bonifácio. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Valdemar Júnior, Zé Roberto e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. O Senhor Presidente, Deputado Eli Borges, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Apresentação de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Valdemar Júnior devolveu o Processo número 140/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a ceder ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especi-

fica, e adota outra providência”; e o Deputado Elenil da Penha devolveu o Processo número 149/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos pareceres dos respectivos relatores, os Processos números 140/2017 e 149/2017 foram aprovados e encaminhados ao Plenário. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO**

**8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**Ata da Décima Sétima Reunião Ordinária**

**4 de outubro de 2017**

Às quatorze horas do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Bonifácio e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Eli Borges, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. O Senhor Deputado Zé Roberto assumiu a presidência dos trabalhos, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, por falta de quórum para deliberação, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado José Bonifácio foi nomeado relator dos Processos números: 39/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios disporem em local único específico e com destaque os produtos destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos e com intolerância à lactose”; 115/2017, de autoria Tribunal de Justiça do Estado, que “Disciplina o uso dos termos Cartório e Cartório extrajudicial no âmbito do Estado do Tocantins; e 178/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miranorte o uso da área de terreno urbano que especifica”. O Deputado Zé Roberto foi nomeado relator dos Processos números: 83/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “Obriga as farmácias e drogarias do Estado do Tocantins a manter recipientes para a coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado, e dá outras providências”; e 173/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica e água, com menos de 60 dias de atraso do pagamento, no âmbito do Estado do Tocantins”. O Deputado Eli Borges foi renomeado relator do Processo número 353/2016, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “Cria o ICMS Turismo no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião por até dez minutos, sendo reaberta às quatorze horas e quarenta e dois minutos. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

## Expedientes

### OFÍCIO Nº 1269/2017

Palmas, 17 de outubro de 2017.

Ao Senhor  
Deputado **MAURO CARLESSE**  
Presidente da Assembleia legislativa do Estado do Tocantins  
NESTA

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que foi deliberado na Reunião de Instalação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos que as Reuniões Ordinárias acontecerão às quintas-feiras, às 16 horas.

Atenciosamente,

**Deputado WANDERLEI BARBOSA**

Presidente

## Atos Administrativos

### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.013/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR Maryene Rodrigues Maioni** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06, do Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Art. 2º NOMEÁ-LA** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04, da mesma lotação, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 3 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**

Presidente

### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.025/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR Maria de Fátima de Paiva Santana** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Presidência, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**

Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.026/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR Sandra Aparecida de Medeiros** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.027/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR** dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete da Deputada **Valderez Castelo Branco**, retroativamente a 1º de outubro de 2017:

- Ieuda Gomes Barros - AP-13;
- Rudisley Ribeiro Silva - AP-16.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.028/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR Adriana Barbosa de Sousa** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.029/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR Antonio Carlos Farias Barbosa** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.030/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR Alao Milhomem de Castro** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Junior Evangelista**, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.031/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR Ana Cristina Rocha Gomes Oliveira** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Junior Evangelista**, retroativamente a 1º de outubro de 2017.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.032/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Cleiton Cardoso**, retroativamente a 1º de outubro de 2017:

- Pedro Henrique Rodrigues Pereira - AP-16;
- Milciney Ferreira de Carvalho - Auxiliar Legislativo de Gabinete de Secretário.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.034/2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), consonante com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Cleiton Cardoso**, retroativamente a 1º de outubro de 2017:

- Adiel Oliveira Santos Junior - AP-16;
- Alao Milhomem de Castro - AP-16;
- Dalva Rodrigues Chaves - AP-16;
- Jonatas Alves de Sousa - AP-16;
- Sabrina Marques de Aguiar - AP-16.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**Deputado MAURO CARLESSE**  
Presidente

**DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA**

Alan Barbiero (PSB-Suplente)

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (PSC)

José Augusto (Suplente)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PDT)

Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB - Licenciado)

Rocha Miranda (PMDB - Licenciado)

Toinho Andrade (PSD)

Valdemar Júnior (PMDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)